



ATA N.º 1/2013

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro de dois mil e treze, reuniu em sessão Extraordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – REFORMA DO SISTEMA JUDICIÁRIO. MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE CHAVES COMO TRIBUNAL DE COMARCA DE CHAVES.

Verificaram-se as seguintes faltas:

António José dos Santos
Ana Paula de Jesus Moura
José António Trindade Mendes
Fernando Alves de Carvalho
Susana Isabel Santos Ramos
Rui Jorge Lousada Alves
Sara Emanuel da Silva Brandão Ribeiro
Ricardo Alexandre Fontes Correia
Carlos Alberto Gonçalves Esteves
José Pereira Gomes
José Bruno Pereira
Raul Fernandes Salvador
José Chaves
João Manuel Santos Ramos
Antero Luís Ginja
Carlos Luís Oliveira F. Lopes
Antenor dos Anjos
Jaime Alcântara Martins

Suspenderam o mandato os seguintes deputados:

Francisco António Almeida Viegas
Francisco António Taveira Ferreira
Adélia Marinho Santos Morais
Nuno José Batista Veras
Nuno André Coelho Chaves

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** depois de cumprimentar todos os presentes, declarou aberta a sessão e disse estarem abertas as inscrições para discussão do Ponto único desta Assembleia Extraordinária.

Deu conhecimento da entrada na Mesa de uma “Moção” proposta por todos os elementos da Assembleia Municipal que foi lida pela Senhora deputada Márcia Cristina Jesus Teixeira, que se transcreve:

“Na sequência das iniciativas legislativas que o Governo está a levar a efeito sobre a “Reforma do Sistema Judiciário”, nomeadamente o Projeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e



Projeto de Lei de Organização do Sistema Judiciário, os subscritores do pedido de realização desta Assembleia Municipal Extraordinária, propõe a discussão e votação da seguinte Moção:

“MOÇÃO

I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS E CONSIDERANDOS

A Organização Judiciária tem os seus princípios basilares plasmados na Constituição da República Portuguesa.

É na Lei fundamental que se encontram estabelecidas as disposições pilar, do sistema judiciário português, no âmbito das quais surgem, de entre as mais relevantes, o princípio do acesso ao direito e aos tribunais, o princípio da independência dos tribunais e dos juizes, das audiências públicas dos tribunais e força vinculativa das suas decisões, que prevalecem sobre as de quaisquer outras entidades.

A organização do sistema judiciário é a base estrutural em torno da qual gravitam todas as questões relativas ao acesso à justiça sendo, por essa razão, importante interpretar, numa perspetiva integrada, os mecanismos de resolução de litígios, o sentido da hierarquia dos tribunais, a lógica de implementação e funcionamento dos mesmos e as competências que lhes assistem.

Das propostas apresentadas pelo atual Governo resulta:

a) Uma evidente ausência de racionalidade na recomposição dos Tribunais da área do atual Círculo Judicial de Chaves.

A reforma proposta desqualifica o Tribunal de Chaves, integrando-o na Comarca de Vila Real, passando a ser uma mera secção desta.

São-lhe retiradas competências para tramitar e julgar processos referentes à grande instância criminal e à grande instância cível.

Não se percebem os critérios que norteiam essa mesma recomposição, como o da maior procura, o da economia e celeridade processuais, que não são salvaguardados.

A excessiva concentração de processos em Vila Real acarretará a protelação das decisões, com a perda do seu efeito útil.

Analizados os dados fornecidos pelo próprio Ministério, a média de processos entrados entre 2008 e 2010, assim se mantendo em 2011 e 2012, constatamos que o Tribunal de Chaves, tem maior volume processual, quer a nível de processos da competência do Tribunal de Trabalho, quer quanto à Grande Instância Criminal, do que o Tribunal de Vila Real.

Vila Real apresenta o dobro de processos de Execução em relação a Chaves.

Ora, a lógica defendida pelo Ministério da Justiça, ao referir que os serviços deverão estar onde há maior procura, não se aplica ao caso concreto, porque a ser assim, Chaves teria de ver a funcionar nas suas instalações a Grande Instância Criminal e o Tribunal de Trabalho, sendo as Execuções colocadas em Vila Real.

b) Mesmo na perspetiva das nossas responsabilidades financeiras com o Estado, dos nossos compromissos internacionais, o resultado desta recomposição é perverso.

Não haverá qualquer poupança, aferida logo, pelo facto do Ministério da Justiça admitir que o atual Tribunal de Vila Real não comporta qualquer acréscimo de serviço, tendo pedido o arrendamento de um espaço, que terá de ser intervencionado, com todos os custos que tal acarreta.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

Por outro lado, existem em Chaves excelentes instalações, pertença do Ministério da Justiça, que sofreram obras recentemente, com vista ao reforço de competências, que determinaram um significativo investimento público.

Os cidadãos que se vejam obrigados a acorrer ao Tribunal, mesmo na qualidade de testemunhas, perdem dias de trabalho, o que em nada contribui para o desenvolvimento económico do país, levando a uma baixa de produtividade.

De igual forma, não podemos abstrair-nos das especificidades físicas, climáticas, da inexistência de transportes coletivos públicos, do estado das vias de circulação, das distâncias, dos gastos que essas deslocações implicam (nomeadamente as portagens na A24 que é, atualmente, a autoestrada mais cara do país).

c) Numa época em que se põe término aos Governos Cívicos não se entende o porquê de concentrar os serviços judiciais nas sedes de Distrito.

Chaves assume-se, claramente, como o maior Pólo de desenvolvimento económico e político de Trás-os-Montes, apresentando, de igual forma uma forte cooperação com a Galiza, estando criada a Euro cidade Chaves/Verin.

Desta forma, o volume de procura da justiça não justifica a recomposição proposta por esse Ministério, muito pelo contrário, afigura-se justo e coerente que Chaves tenha exatamente a mesma categoria e as mesmas competências que o Tribunal de Vila Real.

A organização judiciária proposta, sofre ainda do absurdo de basear a distribuição das novas instituições judiciais na dimensão distrital, erigindo-a como a unidade base da reorganização judiciária, ao arrepio da opção do atual Governo de acabar com o nível distrital na administração central e em contradição com a própria divisão do país para efeitos de planeamento em NUT II e III, criando, deste modo, entorses graves no futuro, à reorganização administrativa do país.

d) Num tempo histórico de dilaceração, defendemos a coesão social e o acesso à justiça como o primeiro paradigma dessa mesma coesão.

Com a atual proposta de reorganização judiciária, há acréscimo de despesas e prejuízo na defesa dos cidadãos, com perda significativa dos seus direitos, liberdades e garantias.

A finalidade pretendida com a aplicação de penas e medidas de segurança, a prevenção geral e especial, perde parte da sua eficácia ao não serem os julgamentos realizados no Tribunal correspondente ao local do crime.

Defendemos, tal como o Ministério, uma justiça para todos, baseada no princípio básico da igualdade.

O Tribunal de Chaves funciona bem, comporta um grande número de entradas e pendências, não existindo atrasos. Quer-se uma justiça de qualidade e de proximidade, uma justiça de que dispomos e o projeto extingue, sem qualquer fundamento, como decorre, aliás, dos ensaios prévios a esse mesmo projeto.

e) Analisada a Proposta de Lei e o seu impacto a nível regional e local, constata-se que o Tribunal Judicial de Chaves sofrerá uma diminuição de competências, que causará mais um esvaziamento social e económico.

O Concelho de Chaves tem sofrido uma redução/subtração de serviços públicos, que somada a esta Proposta de Lei, tal qual ela está prevista, levará à diminuição da atratividade do Concelho e em consequência levará à destruição do tecido empresarial e ao aumento da desertificação, já por si iniciada por outras decisões políticas, como a integração do Hospital Distrital de Chaves no Centro Hospitalar de Vila Real.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

Com a redução das competências atualmente existentes no Tribunal Judicial da Comarca de Chaves, aumentará necessariamente o sentimento de ausência da tutela do direito. A justiça terá de estar ao serviço das populações e dos operadores económicos. Com esta reforma, nem as populações, nem os operadores económicos verão satisfeitas as suas naturais aspirações.

A justiça de proximidade, tão amplamente publicitada pelo Ministério da Justiça, não só não se verifica no caso de Chaves, como resulta exatamente no inverso.

O modelo de organização judicial proposto é lesivo do interesse das populações do Alto Tâmega, tornando mais caro o acesso à justiça, aumentando o absentismo e, conseqüentemente, uma diminuição da produtividade, não acarretando qualquer economia financeira.

f) Outra das bandeiras desta reorganização prende-se com as especializações. Constitui esta premissa, outra falácia, pois basta olhar para a proposta para nos depararmos com uma única especialização em Chaves, apenas as execuções. Tudo o resto, inclusivamente a área da família e menores, será feita nos meios comuns. Chaves nada ganha com estas especializações.

O que se discute nos Tribunais do interior é diferente das matérias das comarcas do litoral, atento ainda o facto de grande parte dos litígios cíveis desta zona estarem relacionados com a propriedade urbana e rústica, obrigando frequentemente, a inspeções do Tribunal “in loco”, o que significa, por vezes, a grande distância da sede da Comarca, inviabilizando, ou pelo menos dificultando, ao extremo, e onerando drasticamente deslocações desde Vila Real.

Os tribunais especializados existentes atualmente, o Tribunal de Trabalho sediado em Vila Real e o Tribunal Administrativo e Fiscal em Mirandela, são os que menos produtividade tem, aliás chegando mesmo o serviço a estar parado por longos períodos de tempo. Inversamente, os Tribunais de Comarca, de competência genérica, não têm atrasos e em nada contribuem para que a justiça não seja feita em tempo útil.

Não se compreende como o Ministério que se propõe fazer uma reforma tão profunda na área da justiça não tem acesso a esta informação ou a ignora, levando a que, de futuro, a implementação do modelo que pretende, venha a verificar-se desastroso.

II – PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão extraordinária no dia 16 de Janeiro de 2013, em coerência com o supra enunciado delibera:

1) – Pugar pela Criação da Comarca do Alto Tâmega, Comarca essa a integrar os Tribunais que hoje fazem parte do atual Círculo Judicial de Chaves a saber: Boticas, Montalegre e Valpaços.

2) – A manutenção de todas as competências que o atual Tribunal de Chaves detém, nomeadamente as grandes instâncias cível e criminal.

3) – Criar na Comarca do Alto Tâmega as especializações de trabalho e execuções, que poderão funcionar em qualquer um dos Tribunais que lhe estão adstritos.

4) – Família e menores deverão continuar a ser feita, como até à data, e conforme aquilo que também é o proposto na atual reforma, nos meios comuns, isto é: cada tribunal tramitará e julgará os seus processos referentes a esta matéria.

5) – Manter abertos todos estes tribunais.

6) – Atribuir mandato público ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, no sentido de obter uma posição conjunta dos Presidentes de



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

Câmara cujas Comarcas foram referidas em 1 (Boticas, Montalegre e Valpaços), com vista à subscrição da presente proposta. Tal vai ao encontro do que tem sido veiculado pela Exma. Senhora Ministra da Justiça.

7) – Solicitar às quatro Câmaras envolvidas a reunião de documentação de suporte desta decisão, nomeadamente no que se refere a distâncias, transportes, despesas com deslocações e tudo o mais que considerem oportuno e adequado.

8) – Depois de elaborada proposta e anexados os documentos, requerer marcação de reunião com a Exma. Senhora Ministra da Justiça a fim de oficializar o pretendido.

9) – Para estas reuniões (mencionadas no ponto 6 e 8), deverão ser convocados e estar presentes os Presidentes das quatro Delegações da Ordem dos Advogados para que possam dar o seu contributo técnico e prestar auxílio em tudo o demais necessário.

10) – Dar conhecimento desta deliberação às Assembleias Municipais dos Municípios do Alto Tâmega envolvidas, Boticas, Montalegre e Valpaços.

11) – Remeter esta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente da República, Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República, Exmo. Senhor Primeiro Ministro, Exma. Senhora Ministra da Justiça e Direções Parlamentares da Assembleia da República. Assembleia Municipal de Chaves, em 16 de Janeiro de 2013”.

Para discussão do Ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que em nome do Partido Socialista dirige uma palavra de reconhecimento a esta chamada de atenção que foi iniciada pelos advogados da Comarca de Chaves, em relação à questão do Tribunal.

“Já na Assembleia Municipal reunida em Dezembro de 2011, esta questão tinha sido levantada, colocada e trazida a este Órgão através de moções apresentadas pelo PS e PSD que foram aprovadas por unanimidade. Esses documentos apontavam para a defesa do Tribunal de Chaves em função do resultado do projeto apresentado pelo Governo no que respeita à reorganização no âmbito judiciário.

O Partido Socialista revê-se no texto da “Moção” hoje aqui apresentada, produzido em resultado de uma Assembleia da Comarca de Chaves, realizada na passada sexta-feira. Revemo-nos neste texto, na medida em que ele vem ao encontro daquilo que é a defesa do Partido Socialista, na equidade ao acesso aos serviços de justiça, por todos os cidadãos. Entendemos que este texto, nomeadamente no conjunto de propostas que apresenta vai também ao encontro da anterior proposta de reforma do mapa judiciário e que apontava para a criação da comarca do Alto Tâmega sediada em Chaves, proposta essa na qual nós nos revíamos. Entendemos que nesta matéria é nossa obrigação, enquanto Órgão político eleito, estarmos ao lado deste protesto e deste combate que foi iniciado pelos advogados, até pela razão de que não seja interpretado como um combate corporativo, mas um combate em defesa do interesse dos cidadãos do Alto Tâmega geral, mas dos cidadãos flavienses em particular. Entendemos o conjunto de necessidades que o País enfrenta, mas entendemos também que não pode ser o interior, por si só, nem as classes mais desprotegidas a pagarem a fatura daquilo que se passa no País, como reflexo de uma crise internacional instalada. Entendemos que a crise deve funcionar como uma oportunidade para que as regiões e os cidadãos fragilizados possam competir em igualdade de oportunidades com todos os cidadãos do nosso País e inclusivamente a Europa e a Comunidade Europeia. No âmbito do que tem vindo a ser a reforma territorial e no que tem sido alguma desindexação deste Governo nos espaços territoriais dominados pelo âmbito distrital, ainda na última Assembleia Municipal,



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

reunida em 27 de Dezembro de 2012, foi aprovada uma proposta para constituição da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega que, só faz sentido, se for consequente e se tiver resultados práticos nas decisões de âmbito político de proximidade, que dessa forma vão ao encontro do real interesse dos cidadãos.

Há especificidades da nossa Região que, melhor que ninguém, temos a obrigação de conhecer e é exatamente em relação a essas especificidades e ao interesse público que devemos dirigir a nossa atividade de âmbito político e público. Há causas em que entendemos que mais deve ser aquilo que nos une do que aquilo que nos separa; temos alguns exemplos, em termos de história no âmbito político do Concelho, em que os resultados não foram os melhores, exatamente por serem colocados acima do interesse coletivo e do interesse público, outro tipo de interesses. Entendo que estamos no momento de perceber o que se passa à nossa volta e, responsabilmente dar uma resposta consentânea ao entendimento de equidade ao serviço dos cidadãos flavienses. Digo isto com o espírito completamente aberto de quem está nesta Assembleia Municipal e olha para esta plateia, independentemente de serem cidadãos que integrem Grupos Municipais ou não, independentemente do Grupo Municipal que integrem. Eu não entendo que de um lado haja malfeitores e do outro haja aqueles que pugnam pelo bem. Entendo que todos, em comum, temos o objetivo de fazer o melhor e o que estiver ao nosso alcance, na defesa do interesse público. É este o apelo que o PS aqui dirige, da mesma forma que noutros momentos e noutras circunstâncias o fiz e disse; o maior interesse no momento, é o interesse do serviço aos cidadãos. É assim que entendo que devemos estar quando nos disponibilizamos e quando temos a coragem de assumir cargos do domínio público. Foi exatamente por isso que fiz questão de estar aqui hoje para dizer que o Partido Socialista concorda com o que aqui é exposto e lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que, em mais momentos houve situações que lhe foram conferidas, por mandato desta Assembleia Municipal, situações que resultaram de aprovações unânimes de determinadas propostas que diziam respeito ao futuro coletivo do Concelho, em relação às quais, certamente não houve a força e a determinação necessárias para as levar por diante.

Estamos aqui mais uma vez para dizer que o Partido Socialista não medirá esforços no sentido da defesa do que está plasmado nesta “Moção” e, por essa via, poderá o Senhor Presidente da Câmara contar connosco. Sabemos que há outras autarquias do Alto Tâmega que já tomaram posições mais radicais na defesa do interesse dos seus municípios, no que respeita aos seus tribunais específicos, desde a ameaça de se demitirem de cargos, desde o fecho a cadeado, das suas instalações. Se o Senhor Presidente não sentia ainda que tinha este mandato, para tomar as posições que entenda serem as adequadas e convenientes, e sabemos que pela via diplomática já foram dados alguns passos; entendemos que se esses passos não forem os suficientes e necessários, para que se faça a defesa intransigente do que deve ser a valorização do Tribunal de Chaves, enquanto sede da Comarca do Alto Tâmega, e fazendo jus ao que o Senhor Presidente da Câmara defendeu aqui, na última Assembleia Municipal, para criação da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, nós queremos dizer-lhe que tem o nosso apoio e solidariedade. Por parte do PS conte connosco para tomar as medidas entendidas por necessárias e convenientes para que esta reforma do sistema judiciário, se faz falta, que se faça, mas que seja a favor dos cidadãos, daquilo que está constitucionalmente plasmado, que muitas vezes apregoamos e que por vezes, mea culpa faço também, não somos suficientemente capazes e ágeis para defender.

Quero dirigir um apelo para que não baixemos os braços no que respeita a este combate. Não deixemos que ele seja lido por princípio algum como uma espécie de combate corporativo, mas que saibamos fazer a leitura deste combate na defesa da



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

Comarca do Alto Tâmega, sediada em Chaves, sem pugnarmos pela desvalorização de outros tribunais, mas sim no sentido de que estas reformas façam com que todos possam sair fortalecidos do ponto de vista do que deve ser o serviço público e do que ele deve fazer no sentido de defender o interesse dos cidadãos no seu coletivo, a equidade do acesso aos serviços em igualdade de oportunidades com todos os outros”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que o que está a acontecer na reforma judicial vai de mão dada com a saúde, o ensino, as portagens etc. A pretexto da crise económica estão a afastar-se os serviços públicos dos cidadãos, com o simbolismo específico que tem a justiça porque os Tribunais também são Órgãos de Soberania.

“Recordo que numa Assembleia Municipal de 2011, onde o PSD apresentou várias moções sobre várias situações usei da palavra e disse que «com todas as moções que são apresentadas e que a CDU votará favoravelmente, não seria de tomar uma iniciativa mais ousada que congregasse todas as questões e todos os eleitos em relação à saúde, à justiça e às portagens. O Partido Social Democrata defende as populações que representa mas a ofensiva é tão profunda que penso que não chega a apresentação de moções setoriais. É necessário tomar medidas como se fez quando da ameaça do encerramento da urgência médico-cirúrgica, mobilizando as pessoas porque a situação é muito séria». Recordo que a posição do Senhor Presidente da Câmara, nessa altura, relativamente ao Tribunal foi de dizer que a notícia que havia não apontava nesse sentido, apontando até para um reforço das suas competências.

Parece-me que neste processo a Autarquia andou a reboque das movimentações que foram detonadas pela Secção do Ordem dos Advogados. No meu entender esta Moção é curta e há aqui aspetos que são focados nos quais não me revejo. A ordem dos pontos não me parece correta e da minha parte, o Presidente da minha autarquia está sempre mandatado para defender os interesses dos munícipes. Não é necessário que a Assembleia lhe delegue poderes nenhuns e ele sabe disso. Deve haver algum rigor naquilo que fazemos e ao escrevemos uma Moção, que é lida por pessoas que não são daqui, dizer-se que Chaves é o principal polo de desenvolvimento de Trás-os-Montes, eu tenho algumas dúvidas objetivas, factuais e concretas. Em meu entender uma Moção não vale tudo; é possível dizer que Chaves é um polo importante de desenvolvimento de Trás-os-Montes, é o polo mais importante, mas não é o principal. A ordem com que apresentamos os argumentos também não será a mais correta. Parece-me evidente que o ponto número cinco «manter abertos todos esses tribunais» deveria ser o ponto número um, dentro da lógica de articulação da Proposta e o ponto número dois é que devia ser a «pugnar pela criação da Comarca do Alto Tâmega».

Entendo que o mapa judiciário não deve ser movimentado, logo, não deve haver o encerramento de nenhum tribunal. Mas se entendermos que deve haver será complicado pedir aos Presidentes das Câmaras Municipais de Boticas, Montalegre e Chaves, que subscrevam esta petição. Ao colocar num ponto que «devem ser convocados os Presidentes da Delegação das Ordens dos Advogados» eu pergunto se os Tribunais não devem ser chamados já que têm oficiais de justiça e



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

trabalhadores. Parece-me que não é isto que a Ordem dos Advogados quer mas se não podem é diferente.

Mais uma vez depois do “barrete” das Comunidades Intermunicipais de Trás-os-Montes, que tinha aquelas aberrações todos, com as quais a autarquia do PSD de Chaves foi pactuando, agora vem propor, na última Assembleia, a criação da Comunidade do Alto Tâmega. Há concelhos que não entram nisto e ao mesmo tempo que o Governo, por indicação da União Europeia, avança com a implementação das NUT, já está a fazer uma reorganização judicial que não tem nada disso em conta. Tudo isto são decisões típicas dos governos que temos tido há mais de 30 anos. São decisões contraditórias, incoerentes em que na saúde definem um eixo, na justiça define outro diferente, geralmente não convergente com a saúde e assim sucessivamente.

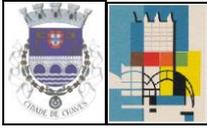
A CDU vota favoravelmente esta Moção chamando a atenção que a articulação dos pontos e os considerandos podem e devem ser aperfeiçoados para dar mais consistência ao que estamos a defender, com os factos e com a verdade. Mais uma vez entendo que esta Moção é muito curta; devemos fazer muito mais. Os números do desemprego baixam na região de Chaves porque há pessoas a emigrar e não porque o emprego aumenta. E se queremos trazer à discussão a discriminação positiva do interior do País, devemos assumir iniciativas que congreguem todos os eleitos na defesa de viabilidade do interior, defendendo políticas que o tornem viável”.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que já alguns anos que o Alto Tâmega e a sua capital Chaves, têm sentido de um modo muito claro as consequências negativas de uma concentração de serviços administrativos que mina os cidadãos e que provoca a desconfiança, nas instituições democráticas, de quem nos governa.

“Nos últimos anos a perda de influência política é notória. A coesão territorial é uma miragem. O interesse nacional em investir no interior norte esvaziou-se, agravado com a saída de vários serviços públicos e privados, obrigando, por consequência, à saída de centenas de jovens qualificados que são obrigados a emigrar. A região está a passar por uma situação muito difícil. Não me venham apenas falar nas desculpas da crise. Nesse prisma, há já muitos anos que estamos em crise porque os governos sempre apostaram nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e no litoral norte e sul. Ao contrário, o interior sempre foi esquecido pelos sucessivos governos que pouco ou quase nada tem feito por nós.

Portugal é o País mais centralista e desigual da Europa Comunitária, partido em três partes: Lisboa, Litoral e Interior, onde o poder de compra e o rendimento per capita é o mais injusto e discriminatório. Um país que trata assim os seus cidadãos não pode ser um país desenvolvido, quando uma faixa do território de apenas 5%, consegue usurpar 50% da riqueza nacional.

Quando o interior nacional representa mais de dois terços de território do continente, aquele que é o mais penalizado quando os governos fazem as ditas reformas, para melhorar os serviços, na lógica destes senhores, o que leva ao despovoamento e ao empobrecimento das regiões, esta é que é a radiografia deste nosso querido Portugal.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

Vem aí um novo ciclo de fundos estruturais. Como sempre, para nós, virão umas migalhas. Não temos vozes capazes de defender a região do Alto Tâmega. Temos acomodado às circunstâncias do nosso isolamento e da desertificação do interior, sempre com o argumento de que para estas bandas não se justificam grandes investimentos porque somos poucos e velhos. Sendo assim, os novos que emigram, pois o governo não tem como prioridade política ativar medidas de empregabilidade, não combatendo o desemprego e providenciar para uma defesa efetiva da coesão territorial.

Tem faltado no Alto Tâmega poder de influência e de decisão política e um entendimento capaz de estabelecer um compromisso de desenvolvimento para a região, como se impunha perante os diferentes e sucessivos governos centrais, defendendo uma equidade territorial nos sacrifícios, pois somos das regiões mais pobres do país e da Europa, e à sombra de medidas tendencialmente abrangentes do país, conduzem-nos aos fatores de subdesenvolvimento que já nos caracterizam. Temos, pois, que inverter esta lógica centralista.

Face a esta situação devemos fazer tudo, friso, tudo para não podermos permitir que acabem com a COMARCA JUDICIAL DE CHAVES que, no fundo, serve em parte todo o Alto Tâmega. Temos que acordar de uma vez por todas. Os argumentos apresentados pelo Governo e pela Senhora Ministra da Justiça, não convencem os cidadãos do Alto Tâmega. O encerramento ou esvaziamento dos serviços só serve para empobrecer ainda mais a região e os seus cidadãos.

Chaves é atualmente uma cidade descaracterizada. Tem um Casino de primeira mas tem uma saúde de terceira.

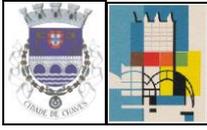
Chaves tem um Tribunal cujo edifício muito nos orgulha pela sua qualidade e pelos serviços que presta. Querem-nos dar uma justiça de terceira?

Chaves que antes da adesão à União Europeia era a cidade mais rica de Trás-os-Montes, hoje, infelizmente, é a cidade mais pobre. Perdemos o comboio, a Polícia Judiciária, as linhas aéreas regionais, a veiga que, com as várias reformas na agricultura pouco representa hoje na economia local. Perdemos a Comissão Regional de Turismo do Alto Tâmega.

Não podemos estar permanentemente neste calvário de injustiças, à espera que cada vez que se faça uma reforma neste país, sejamos sempre tão penalizados e tão pouco respeitados.

Eu não quero entrar em polémicas com ninguém, mas também, não sou homem para fugir a elas, pois, no meu entendimento, tenho que reconhecer aqui, publicamente, que se não fosse a firmeza e determinação dos advogados e dos seus representantes locais e regionais, se calhar, o caso já estava consumado, como aconteceu com outros serviços que já perdemos e que só são falados quando interessa a certas pessoas.

Veja-se, por exemplo, o comportamento de alguns médicos que só olharam para os seus interesses corporativos, o que não aconteceu com os senhores advogados e seus representantes que olharam para os seus interesses, da região e sua população, porque todos os que gostam dela são da região e devem lutar por aqueles que cá vivem.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

E para terminar eu só quero dizer o seguinte: NÃO ADORMEÇAM. ESTEJAM ATENTOS PORQUE A SITUAÇÃO PODE FICAR EM BANHO MARIA ATÉ ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E DEPOIS VEM A SENHORA MINISTRA DA JUSTIÇA IMPOR O SEU MODELO DE REFORMA JUDICIAL.

Relativamente à Moção acho que é muito técnica e pouco política. Devia demonstrar mais firmeza das nossas convicções e tem determinadas partes das quais discordo. Vou votá-la favoravelmente, mas esta é a minha opinião”.

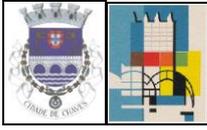
MÁRCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA do PSD – usou da palavra para responder ao senhor deputado Manuel Cunha porque não concordo com a sua apreciação em vários pontos.

“Quando o Senhor deputado fala em bairrismos é precisamente o que nós não pretendemos porque aquilo que não queremos para nós também não o queremos para os outros e há um motivo para a nossa proposta vir por esta ordem. Primeiro que tudo pretendemos a criação da Comarca do Alto Tâmega e não basta o Senhor dizer que está contra. É necessário apresentar propostas alternativas. Nesta questão do Tribunal o que não queremos é perder as competências e as valências que temos, mas sabemos que está em curso uma Reforma e que vai avançar. A única alternativa que temos é ver o que podemos fazer para que a Reforma avance de modo a que Chaves continue a ter um Tribunal e as pessoas continuem a ter uma justiça célere, de qualidade e proximidade.

Se tivéssemos colocado em primeiro lugar que queríamos manter todos os tribunais abertos ou manter tudo como está, afinal o que estávamos aqui a fazer? A primeira coisa a fazer é a criação da Comarca; essa Comarca vai ter que articular diversos Tribunais. Vila Pouca e Ribeira de Pena poderão vir a integrar a Comarca de Chaves caso venha a ser constituída a CIM do Alto Tâmega. Neste momento estamos a referir-nos ao Círculo Judicial de Chaves que é composto pelos Tribunais que lhe estão agregados. Os nossos Juízes vão fazer julgamentos a Boticas, Montalegre e Valpaços e foi por essa razão que em primeiro lugar defendemos a criação da Comarca. Depois disso defendemos a defesa do nosso Tribunal com as competências que tem.

O Senhor deputado diz que Chaves não é o principal Pólo de Trás-os-Montes mas é, certamente o principal do Alto Tâmega e a nível de Tribunal, aquele que tem mais entradas, mais pendências, mais juízes e mais funcionários judiciais é o de Chaves. A nível de desenvolvimento Chaves tem mais população do que Boticas, Montalegre e Valpaços. Nós estamos aqui num contexto da Comarca do Alto Tâmega. O Senhor deputado José Pimentel até nos fez um elogio ao dizer que este documento não é político mas técnico e isso é verdade porque ninguém quer fazer política. Nós queremos apenas defender o Tribunal de Chaves.

Dizemos na Moção que queremos que sejam criadas na Comarca do Alto Tâmega as especializações de Trabalho e Execuções que poderão ficar em qualquer Tribunal. O objetivo é mandá-los para Boticas, para Montalegre ou para Valpaços, para que fiquem com processos suficientes para manter os Tribunais abertos, uma vez que o nosso será sempre o Tribunal central; só os números justificam que o Tribunal de Chaves se mantenha aberto e seja o Tribunal central. Os outros não. Essa situação



vem em número cinco porque primeiro está a criação das especializações e elas é que levaram a que os restantes Tribunais se mantenham abertos.

Penso que neste momento a nossa Proposta é baseada naquilo que a Senhora Ministra disse, porque é aquilo que se pode fazer. Já fizemos manifestações, já fizemos imensas ações para informar as pessoas, fomos falar com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e divulgámos o projeto daquilo que pretendemos em todo o lado. Agora, em meu entender, o que há a fazer e é o correto é apresentar uma proposta concisa, que seja favorável a Chaves e que não acarrete despesas a nível nacional, que é o caso presente. Concordo com o Senhor deputado quando diz que os autarcas estão mandatados e certamente a palavra poderia ter sido substituída por diligenciar, mas foi uma forma de reforçar porque são, efetivamente, os autarcas quem representam as populações dos seus concelhos.

O nosso apoio é basicamente técnico, sempre foi e continua a ser. Entendemos ser esta é a melhor forma porque salvaguarda os interesses das populações e os senhores autarcas devem fazer a proposta para ir de encontro do que a senhora Ministra disse quando referiu as exceções.

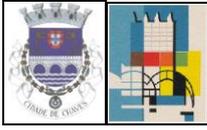
Eu estou disposta a alterar o mapa, em função das especificidades de cada um. Não nos adianta ir para a rua contestar. O que temos a fazer é apresentar os números de que dispomos e que nos são favoráveis, fazer uma proposta, apresentá-la, discuti-la e aprová-la”.

MARIA DA GRAÇA RODRIGUES SILVA do PSD – cumprimentou os presentes e disse que, provavelmente, não se está a entender o objetivo desta Assembleia extraordinária.

“Andamos aqui à volta de um documento que vale o que vale e, bem ou mal, o que pretende é concentrar-nos a todos numa situação. Estamos a falar de um documento que, naturalmente, seguirá o seu caminho mas o que os advogados hoje pretenderam é, tirar das suas costas um problema que, a partir de agora, tem de ser assumido como um problema político. Aquilo que os advogados pretenderam, até ao dia de hoje, foi unir e aquilo a que hoje assisti aqui, politicamente, é uma tentativa de desunir.

Os advogados estão hoje aqui a dizer que não conseguimos, em termos úteis, levar esta situação a mais lado nenhum. Esgotámos. Fomos onde conseguimos e daqui não passamos. Isto não é uma luta corporativa. Não pode ser. Os advogados conseguiram manter-se unidos até hoje e o que não se pretende, com esta reunião, é que o que os advogados conseguiram unir a política consiga desunir.

Toda a gente concorda com esta Moção mas a Senhora deputada Paula Barros vai dando umas achegas, o Senhor deputado Matos Cunha vai dizendo outras. Eu sou grande responsável pela feitura desse documento mas, fosse o nosso maior problema, a ordem de apresentação dos pontos. O nosso grande problema, neste momento, é correr o risco de ficar sem as competências que o Tribunal de Chaves tem e corremos esse risco mal porque, efetivamente, o nosso Tribunal tem condições; aquilo que são as exigências de um problema legal e o Governo tem todos os motivos e razões para fazer alterações, reformas etc. é para isso que lá está, mas os critérios são do Governo e esses critérios vêm dizer que nós flavienses



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

e nós Alto Tâmega temos razão e se a temos têm que no-la dar, seja de que forma for.

Os advogados estão a dizer aqui, de uma forma muito clara que não queremos continuar com esta luta às nossas costas. Em primeiro lugar porque não temos condição para a levar a mais lado nenhum e em segundo lugar porque isto tem de se transformar, efetivamente, numa questão política. Os Órgão políticos e as pessoas que têm responsabilidades políticas têm que as assumir. Agora se viermos aqui por uma Assembleia Municipal a falar da mesma forma, o que não significa que todos tenhamos de concordar com tudo, mas se a ideia é que toda a gente esteja de pés firmes a defender o Tribunal de Chaves, aquilo que não pode acontecer, porque já aconteceu noutras situações, é depois o Partido Socialista dizer que concorda mas..., o PSD concorda mas.... a CDU concorda mas.... o CDS igualmente; todos estes «mas» levam-nos a perder instituições na cidade de Chaves e isso não pode continuar a acontecer.

Todos sabemos que o Senhor Presidente da Câmara é quem tem competência e quem está mandatado para agir. Todos nós sabemos disso e com a habilidade que lhe reconhecemos, sabemos que vai liderar este processo e bem. O que eu pretendo e aquilo que penso que os advogados pretendem é que o Tribunal de Chaves se mantenha em Chaves, em Boticas, em Montalegre e em Valpaços. Se as CIM e as NUT forem criadas, vamos ter de conversar com outras autarquias. Neste momento nem Ribeira de Pena, nem Vila Pouca de Aguiar estão muito interessados nesta situação; temos de contar com o que temos e o que temos em cima da mesa é uma Reforma Judicial onde apenas estão contemplados Valpaços, Chaves, Boticas e Montalegre.

Espero que os «sês» e as reservas mentais que existem neste Fórum deixem de existir e que todos consigamos contribuir, de uma forma útil e positiva para que daqui a algum tempo, possamos, na realidade, bater palmas e garantir que o Tribunal de Chaves fica conforme está e que as terras à nossa volta, mantenham também os seus tribunais, porque acredito que quanto melhor viverem os nossos vizinhos, melhor viveremos nós”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou todos os presentes e em seguida disse que prestou muita atenção ao que está a ser discutido.

“Estamos a discutir sobretudo as consequências mas se repararem estamos sempre a apanhar os cacós; é na justiça, na educação, na saúde, etc. e tentamos lutar sempre contra as consequências e não contra as causas. O desafio que se nos coloca é muito relevante e temos de perceber claramente que nós, cidadãos do interior, queremos um estado diferente daquele que temos. Não queremos um estado centralizador e centralista, mas mais importante do que os serviços é sobretudo a questão financeira, que é relevante na perspetiva da centralidade, mas não pode ser a única condição. Por isso o desafio que temos de colocar aos nossos governantes, sejam eles de âmbito nacional, sejam de âmbito mais local, ou regional, é que consigam demonstrar, com evidência, que é importantíssimo que se defina de uma vez por todas a que é que o cidadão, enquanto ser único, mas de pleno direito tem efetivamente direito. Tem ou não direito aos «direitos» que constam da Constituição da República? O cidadão tem direito à saúde, à educação e à justiça e acho que cada



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

vez mais temos que definir claramente que esteja ele onde estiver, no território nacional, tem de ter o mesmo tipo de acesso; hoje estamos aqui a discutir o acesso à justiça.

Mais importante do que saber se o desenho do mapa judiciário, é este ou outro, o que estamos a discutir é o acesso dos cidadãos à justiça. Não é dos juízes, dos advogados, mas do destinatário desta função primeira, essencial e basilar de um estado. Um estado só existe quando há justiça e quando qualquer cidadão pode recorrer aos instrumentos e às instâncias judiciais competentes para que a paz social seja restabelecida e o direito que foi violado seja restabelecido. O que verdadeiramente temos de decidir e dizer aos governantes é que nós, cidadãos do Alto Tâmega, temos o absoluto direito, inalienável, de que a administração da justiça seja feita em termos de equidade e que a possamos ter em tempo útil.

Certamente todos hoje aqui reunidos, concordamos com uma premissa que é termos uma justiça mais célere e isso, na minha perspetiva, deve ser a condição primeira de uma reforma da estrutura e do mapa judiciário. Temos que exigir que esta função de soberania, essencial e basilar de um estado, seja assegurada em todos os territórios, mesmo naqueles que têm menos população. Esta é uma exigência da cidadania e, independentemente das palavras, da redação, temos todos de estar de acordo no essencial; ser nós, nesta sala e fora dela também, enquanto exercemos o mandato popular, mas também enquanto cidadãos de pleno direito, a poder reclamar, como fizemos no caso das urgências, ou de outra forma. Na minha perspetiva, não podemos deixar esquecer que esta é uma questão de muita importância na administração da justiça aos cidadãos que, até podem nem perceber, de uma forma direta e imediata, que isto é tão relevante como a saúde. Só vão entender quando tiverem de recorrer à justiça e perceberem que têm de se deslocar a Vila Real, as vezes que forem necessárias, que vão ter de pagar as despesas com as testemunhas, que vão ter de pagar os transportes etc.

Nós aqui e neste caso a Ordem dos Advogados, temos de saber passar a mensagem para os cidadãos, fazendo-os entender que estamos a falar de uma questão essencial/vital e não podemos aceitar que a reforma seja feita contra as populações do interior.

Para além da argumentação e da tentativa, boa e inteligente de quem elaborou o texto, que demonstra claramente que quem estabeleceu os pressupostos da Reforma Judiciária, depois na sua concretização, não foi coerente com eles, temos de dizer à senhora Ministra que estabeleceu estes critérios, mas quando tirou as conclusões não os respeitou.

Este é um combate de todos, esta é uma luta de todos, que tem de ser assumida e protagonizada pelo senhor Presidente da Câmara que não pode aceitar qualquer tipo de argumento que lhe seja apresentado pela Tutela; tem de ser firme e inflexível neste dossier. Não podemos deixar que este assunto adormeça assim como também não podemos deixar que adormeça o dossier da saúde. Temos de esquecer a questão partidária e lutar pela justiça no Alto Tâmega, mas lutar em conjunto e não dividir para reinar". Para além desta Moção e da força que ela possa dar eu sugeria que nas próximas reuniões estivessem presentes, além dos autarcas, os delegados



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

das ordens dos advogados que poderiam aduzir informação técnica de alguma relevância para a discussão”.

VALDEMAR DA SILVA CARNEIRO do CDS (INDEPENDENTEMENTE) – depois de cumprimentar os presentes disse que ao longo dos anos em que é membro desta Assembleia, tem visto muita conversa e pouca ação.

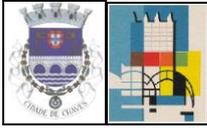
“Foi o Hospital, agora é o Tribunal, a seguir são as Finanças e outros serviços irão; se isto continua vamos passar de cidade a vila. Depois cada um vem para aqui puxar pela bandeira partidária. Como todos sabem eu já não tenho partido política – sou independente. Apoiámos o PS, o PSD e o CDS, que nos levaram a esta desgraça e continuamos a apoiá-los.

Vou votar favoravelmente esta Moção porque está redigida por advogados e eles melhor que ninguém sabe como lutar pelo nosso Tribunal. Todos temos obrigação de lutar pela nossa terra e peço ao Senhor Presidente da Câmara que quando for a Lisboa reunir com quem nos Governa, que dê um muro na mesa à transmontana e não se deixe levar por palavras”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que quer no seio dos seus colegas de profissão, quer no seio deste Fórum, é seu hábito abordar os assuntos com alguma emotividade e neste tema em concreto a sua emoção será, certamente, redobrada.

“Quer a nível de colegas advogados, quer a nível de camaradas de partido, tinham-me pedido que evitasse politizar, partidizar e assumi esse compromisso à entrada desta Assembleia Municipal. Peço desculpa àqueles com quem me tinha comprometido mas a evolução da discussão alterou a minha resolução e houve expressões aqui hoje proferidas, que me estarreceram. Uma delas foi que é necessário transformar este assunto «num assunto político». Mas não é necessário transformar absolutamente nada. Este assunto é político desde início. E se os advogados vêm aqui pedir que ele se transforme em político é porque quem tinha a responsabilidade de politicamente o agarrar e o atacar, não o fez. Se os advogados sentiram a necessidade de aqui vir dizer o óbvio, que é atribuir um mandato público a quem na génese já o tem, é porque durante este tempo todo esse mandato público não foi assumido. Se houve inversão de ónus é necessário coloca-lo onde ele realmente deve estar. Chegamos ao ridículo neste Município, de termos responsáveis locais, com responsabilidades a nível nacional, que depois desta Reforma vir cá para fora, em vez de ir perguntar à Senhora Ministra quais eram os ganhos para a população, veio perguntar aos advogados quais eram os prejuízos. Quem propõe é que tem de explicar as vantagens e não é quem cá está que tem de explicar o que é que isto traz de mau. Ainda não ouvi nenhum responsável político local perguntar ao Ministério o que esta Reforma traz de bom aos cidadãos de Chaves. Não são os advogados de Chaves que têm de andar com a carroça às costas a explicar aos seus concidadãos o que isto traz de mau. Quem propôs é que tem de justificar e explicar o que isto traz de bom.

Quero dizer claramente aos colegas deputados e nomeadamente ao Senhor deputado Manuel Cunha é que se o óbvio está aqui, nesta Moção, é porque há mais de meio ano que o óbvio não tem sido politicamente exercido”.



FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS - cumprimentou os presentes e disse que dado o significativo conjunto de serviços que temos vindo a perder, e a consequente diminuição de pessoal nos serviços que ainda existem, “penso que para expressar aquilo que eu tinha a dizer, nada melhor do que um poema de Bertolt Brecht, escrito na altura da ocupação nazi e das perdas que ele sentia:

«Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso. Eu não era negro.

Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso. Eu também não era operário.

Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso porque eu não sou miserável.

Depois agarraram os desempregados, mas como tenho o meu emprego também não me importei.

Agora levam-me a mim, mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo».

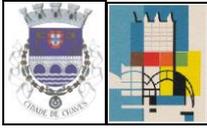
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou novamente da palavra para dizer que a CDU vota favoravelmente esta Moção.

“A CDU não acha nada que a discussão com o Ministério da Justiça tenha de ser feita baseada em pressupostos técnicos. Se os Senhores advogados entendem isso têm toda a legitimidade para o fazer. A CDU entende que isto é um Órgão político – é uma Assembleia Municipal – e não alinha com o branqueamento da questão, transformando-a numa questão técnica. O direito à justiça é um direito político e a forma como se revestem as questões técnicas será, seguramente importante, mas pode ser um flanco que o Governo tenha dado ao estabelecer os pressupostos, que não cumpre, e a CDU não entende que esteja aí o essencial da questão. O essencial da questão é política e nem fazia sentido que esta Assembleia Municipal se reunisse para votar uma Moção estritamente técnica porque o Senhor Presidente da Câmara tem lá os argumentos e apresenta-os à Senhora Ministra. Nós estamos aqui para discutir política.

A CDU não abdica de dizer que a questão da justiça, tal como foi dito por outros deputados, nomeadamente o Senhor deputado Francisco Melo, está de mão dada com a saúde. Todos nós nos recordamos dos argumentos técnicos para encerrar a Maternidade de Chaves que eram inatacáveis e sob o ponto de vista técnico assistimos aos supracitados da medicina portuguesa, defenderem tecnicamente o encerramento da Maternidade, que do ponto de vista político foi um autêntico disparate e um grande erro. Houve técnicos que, com a melhor boa-fé, se prestaram a prestar um serviço político ao Governo, fornecendo os argumentos técnicos.

Os governos não são tecnocratas, são políticos e tomam decisões políticas e nós estamos aqui para as contestar politicamente. A CDU entende que a posição desta Assembleia Municipal e a das autarquias do Alto Tâmega fica muito aquém das necessidades; é necessário ir mais à frente e não podemos entrar agora na chamada anestesia geral até às eleições, que é o que convém ao Governo, ficando tudo em banho-maria, vindo posteriormente as decisões.

Se os advogados se sentissem apoiados não tinham avançado sozinhos e não contem com a CDU para conversas privadas lá fora num sentido e conversas públicas aqui dentro noutro. Estamos a realizar uma Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

extraordinária porque a autarquia não se movimentou. Se o tivesse feito hoje não precisávamos de estar aqui a discutir o assunto e o Senhor Presidente da Câmara sabe que todos estamos com ele quando defende os interesses da Região. Vai chegar o tempo em que esta Assembleia Municipal vai dizer que a CDU tinha razão. É preciso uma luta conjunta na saúde, na educação, na justiça, que articule todas as autarquias do Alto Tâmega e que apresente uma posição de força, com disposição política. A discussão técnica vem depois, mas é sempre secundária quando se está num Órgão político.

Podem contar com a CDU, com frontalidade, com transparência, na defesa de uma justiça próxima dos cidadãos, na defesa deste modelo, que tem questões técnicas – é o Tribunal da Comarca do Alto Tâmega – com o qual concordamos; é manter os demais tribunais, também concordamos, mas isto não são questões apenas técnicas, são políticas e podem contar com a CDU, em qualquer altura, para que esta luta seja para defender os interesses das populações de Chaves e do Alto Tâmega”.

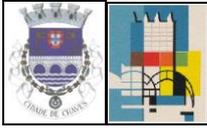
LUÍS DIAS DE CARVALHO do PSD – apresentou os cumprimentos aos presentes e disse que há três pilares na democracia que são a justiça, a saúde e a educação.

“Como são três pilares da democracia, em minha opinião, são sempre transversais e se são transversais implicam sempre a unidade e a união é necessária; tudo o que é divisão é desnecessária neste momento e hoje, porque a Moção que está em discussão, acolhe a unanimidade de todos os eleitos presentes, tudo o resto é estéril. Vamos votar esta Moção por unanimidade e ir à luta pela via diplomática e quando esta se esgotar, há outros caminhos. Mas só nessa altura.

FRANCISCO PINTO DE BARROS do PS – depois de cumprimentar os presentes disse estar a usar da palavra na qualidade de advogado.

“Desde a primeira hora que tanto eu como os meus colegas tivemos uma noção mais ou menos aproximada de que, efetivamente, esta questão não terá sido bem apreendida naquilo que era importante. Isto não é uma luta corporativa já sabemos. Não passa pela ideia que alguém de Segirei, de Travancas, de Mairós, de Águas Frias vá a Vila Real buscar um advogado; provavelmente vem a Chaves, escolhe o advogado que entende, que o informa que o assunto tem de ser tratado no Tribunal de Vila Real e que isso implica um custo acrescido para viagens, que tentará reduzir ao mínimo possível, mas cada viagem vai custar-lhe X. Isto é provavelmente o que vai acontecer.

Peço desculpa por uma pequena inconfidência que vou cometer, sobre um pequeno caso que aconteceu recentemente. Na passada segunda-feira, estava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Arquiteto Cabeleira e outra pessoa no Tribunal de Chaves. Eu entrei eram 14,10h, para uma diligência que tinha às 14,15h. Passado algum tempo vim cá fora fumar um cigarro e passados dez ou quinze minutos o Senhor Presidente da Câmara e acompanhantes estavam a sair, porque o julgamento em que eles eram intervenientes, foi adiado. Pergunto. E se em vez de três fossem dez testemunhas? E se em vez de ser àquela hora fosse às nove e meia da manhã? E se em vez de Chaves fossem de Segirei, ou de Fafião – Montalegre? Nesse dia calculo que o Senhor Presidente saiu da Câmara às 14 horas, às 14, 10h estava no Tribunal e às 14,30h estava de novo no seu Gabinete a trabalhar. Dá para perceber?”.



NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que depois das intervenções havidas e dos discursos proferidos, com boas intenções, mas não coerentes com as práticas que assumiram com responsabilidades no passado, o PSD sem qualquer «mas» votará favoravelmente esta Moção que está bem elaborada em termos técnicos e bem fundamenta em termos políticos.

“Fizemo-lo no passado, com o anterior Governo, sobre a situação do Hospital faremo-lo no presente sobre a situação do Tribunal de Chaves, sempre em prol e na defesa intransigente dos interesses das populações dos flavienses e das populações do Alto Tâmega, sem olhar à cor política mas na defesa das pessoas. Somos coerentes com o nosso discurso e praticamo-lo na ação. Lutaremos ao lado dos flavienses, quer sejam advogados, quer sejam enfermeiros, médicos ou de outra qualquer profissão, pelos interesses de todos: o que os sucessivos governos da República tem estado a fazer ao nosso Concelho é inadmissível.

Relativamente a outra questão que aqui foi colocada e para não entrar em pormenores, as posições públicas de dirigentes do meu partido e as posições públicas dos autarcas deste Município são conhecidas.

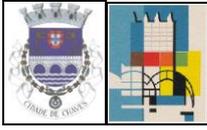
Termino dizendo que nem sempre aqueles que mais barulhos fazem em favor das populações são aqueles que realmente estão a defender os seus interesses”.

JOSE PIMENTEL SARMENTO do PSD – pediu a palavra para direito de resposta ao Senhor deputado Manuel Cunha.

“Os políticos são assessorados por economistas, advogados, gestores etc. e eu próprio quando não sei vou perguntar à parte técnica. O problema para mim é político, esta e todas as reformas que qualquer governo faça. No entanto quero lembrar uma coisa de que o Senhor deputado esqueceu. Falou na Maternidade de Chaves cujo encerramento lamento imenso, embora tenha a consciência de que fiz tudo o que estava ao meu alcance para que isso não acontecesse, mas a pessoa que encerrou a Maternidade de Chaves foi a mesma que assinou uma providência cautelar contestando o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa. Em Lisboa há muitas maternidades mas em Chaves só havia uma e levaram-na para Vila Real, a 70 km de distância. Isto é para que vejamos a coerência dos governantes quando estão dentro e fora do governo; as posições que tomam quando deixam de ocupar os lugares de decisão. Esse Senhor, que sempre considerei pessoa não grata para Chaves foi o coveiro do nosso Hospital, integrando-o no Centro Hospitalar de Vila Real. Mais, ele fez uma comunicação ao País dizendo que era contra o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa, no entanto esqueceu-se de mencionar todas as maternidades que encerrou por esse País fora”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA depois de cumprimentar os presentes disse que ouviu com muita atenção todas as intervenções feitas pelos Senhores deputados. Entendo que as afirmações feitas são da responsabilidade de quem as fez e a importância que têm depende do teor, e da sua proveniência.

O importante é que o mandato que me foi atribuído pelos eleitores é para defender os cidadãos e hoje, aqui, no meu entender, foi acentuado o uso de argumentos que têm pouco a ver com a defesa das pessoas. Estamos todos unidos no claro pressuposto de que esta Moção vai ser aprovada para defesa dos cidadãos, porque o fundamental



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2013-EXTRAORDINARIA

é que todos devemos ter acesso a uma justiça próxima e competente. Aquilo que funciona bem não deve ser mudado.

O que é determinado na Moção será cumprido e entretanto lembro a esta Assembleia Municipal a questão da coerência, já aqui falada. Se neste momento está em marcha a criação de uma CIM e de uma NUT é vontade dos autarcas do Alto Tâmega que as políticas públicas sejam determinadas em função dessa unidade territorial. Obviamente que começaremos por dialogar com os colegas autarcas de Montalegre, Boticas e Valpaços mas o assunto será discutido no contexto da CIM e da NUT do Alto Tâmega que venha a ser criada.

O Município de Chaves e eu em particular estamos sempre comprometidos na defesa das pessoas, em concreto e sem reservas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Discutido e votado o Ponto da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que para constar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____